

**MULHERES FILÓSOFAS OU ESTRANGEIRAS NA FILOSOFIA? A
FORMAÇÃO DOCENTE NO CURSO DE FILOSOFIA – LICENCIATURA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS E A
INVISIBILIDADE DE GÊNERO**

WOMEN PHILOSOPHERS OR FOREIGNERS IN PHILOSOPHY? TEACHER TRAINING
IN THE PHILOSOPHY DEGREE COURSE AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA
MARIA/RS AND THE INVISIBILITY OF GENDER

Thays de Lima Seiffert¹
Elisete Medianeira Tomazetti²

Resumo:

Este artigo tem como objetivo demonstrar parte de minha pesquisa de mestrado, que investiga se existiu ou não a invisibilização das mulheres na formação de professoras e professores no Curso de Filosofia – Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria/RS, no período de 1970 a 2020. Então, foi a partir de uma análise minuciosa em documentos oficiais do Curso, de entrevistas com quatro ex-alunas e uma aluna e de documentos oficiais que norteiam a educação superior que buscou-se compreender de que maneira as relações de gênero são percebidas e vivenciadas, tanto no processo de formação docente quanto no próprio campo da filosofia, o qual é frequentemente considerado como um campo de estudos “neutro”. Esse debate busca evidenciar como a exclusão e invisibilização sistemática das mulheres se manifesta estruturalmente, influenciando não apenas a trajetória acadêmica, mas também a forma como o conhecimento filosófico é produzido e transmitido para aquelas/es que estão no processo formativo.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia, Gênero, Mulheres, Políticas Públicas de Educação

Abstract:

The aim of this article is to demonstrate part of my master's research, which investigates whether or not women were made invisible in the training of teachers in the Philosophy Degree Course at the Federal University of Santa Maria/RS, from 1970 to 2020. It was through a detailed analysis of the course's official documents, interviews with four former students and one female student, and official documents that guide higher education, that we sought to understand how gender relations are perceived and experienced, both in the teacher training process and in the field of philosophy itself, which is often considered a “neutral” field of study. This debate seeks to highlight how the systematic exclusion and invisibilization of women manifests itself structurally, influencing not only the academic trajectory, but also the way in which philosophical knowledge is produced and transmitted to those who are in the training process.

Keywords: Gender, Philosophy teaching, Public Education Policies, Women

¹ Mestre em Educação (PPGE/UFSM); Licenciada em Filosofia (UFSM). E-mail: thayslimaseiffert@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0624144516525221>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7250-2278>

² Doutora em História e Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: elisetem2@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3942924352722374>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4979-7415>

Considerações iniciais

Ninguém é mais arrogante em relação às mulheres, mais agressivo ou desdenhoso do que o homem que duvida de sua virilidade (Beauvoir, 1949).

A escrita deste artigo surge a partir da dissertação de mestrado defendida em dezembro de 2024 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria/RS. A investigação foi motivada pela relação entre o ensino de filosofia e as questões de gênero, buscando compreender de que forma as mulheres são representadas – ou não – nos documentos institucionais do Curso de Filosofia – Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria/RS, no período de 1970 a 2020. O estudo completo se estrutura a partir do seguinte problema de pesquisa: *“Como o Curso de Filosofia – Licenciatura da UFSM, no período de 1970 a 2020, (in)visibilizou as mulheres como estudantes, professoras e produtoras do conhecimento?”*. O objetivo geral é compreender esse processo de (in)visibilização, sendo desdobrado em três objetivos específicos: (1) *“Analisar projetos pedagógicos do Curso de Filosofia – Licenciatura da UFSM, a partir das políticas públicas de formação de professoras e professores, no período indicado”*; (2) *“Identificar se os documentos curriculares do Curso concedem lugar para mulheres filósofas e em caso positivo, como são referidas suas filosofias”* e (3) *“Analisar as narrativas, produzidas a partir de entrevistas, de ex-alunas e aluna acerca da (in)visibilização das mulheres no Curso, no período definido”*.

Em relação ao processo metodológico da dissertação, optamos por uma pesquisa de natureza qualitativa, a qual busca compreender fenômenos a partir de experiências, interpretações e interações humanas, explorando significados que não podem ser reduzidos a apenas dados numéricos. Nesse contexto, a Análise Textual Discursiva (ATD), conforme proposta por Moraes e Galiazzi (2007), se apresenta como um método adequado para interpretar texto e discursos, permitindo a reconstrução dos sentidos por meio de um processo sistemático de unitarização, categorização e metatextualização. Ao articular a pesquisa qualitativa ao método de análise da ATD, é possibilitada uma leitura mais aprofundada sobre os fenômenos investigados, garantindo uma interpretação mais contextualizada e crítica dos dados.

Além de traçar um panorama histórico do Curso, buscamos resgatar a história da filosofia sob a ótica feminina, evidenciando vozes e concepções frequentemente marginalizadas. Ao problematizar os impactos da presença ou ausência dessas temáticas na formação de professoras e professores de filosofia para a educação básica, refletimos sobre como essa lacuna pode contribuir para a reprodução de um currículo filosófico excludente e para a perpetuação das desigualdades de gênero no ensino da disciplina.

Considerando isso, entende-se que transformaram a filosofia em um homem, a ponto de se tornar necessário justificar a presença das mulheres que pensam. E quando concedem espaço a elas, isso ocorre de maneira restrita e condicional, sob a constante vigilância de uma lógica pré-determinada de um único ‘sexo’. Assim, cria-se uma filosofia paralela, onde mulheres são vistas como figuras deslocadas, carregando livros como se fossem objetos sem função, mantidas à margem de um discurso que as posiciona sempre como exceção. Uma filosofia de mulheres – ou pior, uma filosofia rotulada como feminina – é frequentemente reduzida a uma apêndice do pensamento masculino, inevitavelmente associada a

um viés feminista, como se seus corpos e experiências não pudessem produzir conhecimento além da eterna complementaridade ao modelo dominante. Essa estrutura desautoriza antes mesmo que possam falar, insinuando que sua capacidade de pensar é sempre assistida, incompleta. Dessa forma, se perpetua a ideia de que, sozinhas, nunca seriam plenamente capazes de pensar e fazer filosofia (Sattler, 2016).

Ou seja, a construção da narrativa filosófica que consolida o “filósofo” como um ideal masculino e branco, impacta diretamente no campo do ensino de filosofia, pois contribui para a exclusão do ensino de perspectivas que questionam essa hegemonia. Como consequência, as temáticas de ‘filosofia, ensino de filosofia e gênero’ são frequentemente marginalizadas dentro dos departamentos de filosofia, sendo classificadas como secundária ou até mesmo indesejada. Esse cenário reforça a invisibilização de diferentes filosofias, das mulheres e a desvalorização de abordagens interseccionais, limitando o potencial crítico da filosofia, afastando estudantes que não se identificam com esse modelo tradicional de pensamento.

A temática de ensino de filosofia e gênero tem crescido nos últimos tempos, mas é pouco explorada dentro dos cursos de filosofia no Brasil. Primeiro porque o ensino de filosofia não é reconhecido como uma questão filosófica pelos filósofos que se dedicam a temas considerados “clássicos” da tradição filosófica (Gelamo, 2009, p. 34). Esse processo ocorre, em grande parte, porque se reconhece que a filosofia, dentro dessa tradição filosófica universitária, tende a privilegiar investigações conceituais e teóricas sobre questões mais “essenciais”, enquanto a reflexão sobre seu próprio ensino é vista como secundária ou meramente pedagógica. Ou seja, se analisarmos a trajetória do ensino de filosofia no Brasil, percebe-se um histórico de desvalorização e negligência, muitas vezes atribuindo essa responsabilidade às Faculdades e aos Departamentos de Educação. E, em segundo lugar, porque, no que diz respeito às questões de gênero, observa-se essa manutenção da hegemonia masculina no campo filosófico. Embora existam textos com potencial emancipatório nesse contexto, a filosofia, ao longo de sua história, raramente incorporou/incorpora como parte essencial de sua práxis, perpetuando uma tradição excludente (Puleo, 2004, p. 8).

Durante boa parte do período em que estive como aluna no Curso de Filosofia – Licenciatura da UFSM/RS, sendo de 2017 a meados de 2022, não haviam discussões acerca das mulheres na filosofia ou quaisquer resquícios de filosofias não ocidentais. Nesse mesmo período, me foi informado pela Secretaria Integrada de Departamentos do Centro de Ciências Sociais e Humanas (SID-CCSH), que haviam três docentes mulheres concursadas no Curso/Departamento de Filosofia, no entanto, das três, tive aulas com apenas duas, sendo uma delas no Curso de Filosofia Bacharelado e não na Licenciatura³. A quantidade de mulheres enquanto discentes do Curso também era baixa, no ingresso em 2017 haviam muitas, mas ao decorrer dos semestres foram poucas as que ficaram⁴.

Dito isso, entendo que dois momentos me levaram a escolher a temática de pesquisa voltada ao gênero e ensino de filosofia. O primeiro, foram as aulas de Didática em Filosofia, Pesquisa Para o Ensino de Filosofia e os 2 Estágios Curriculares Supervisionados, isso porque eram os únicos espaços em que me

³ Infelizmente não tenho informações se essa professora em específico ministrava aulas na Licenciatura, pois só via seu nome vinculado à disciplinas do Bacharelado.

⁴ Um dos aspectos que levaram essas colegas a saírem do curso foi de que inicialmente nem mesmo queriam cursar filosofia, estavam lá apenas para a possibilidade de troca interna de curso (isso era dito por elas mesmas).

sentia livre para expressar e ser quem eu sou, e foram nesses mesmos espaços que nos apresentaram mulheres/filósofas como Lídia Maria Rodrigo e Marilena Chauí. Um aspecto importante disso tudo é que, a docente responsável por essas disciplinas é uma filósofa do ensino, embora a falta de reconhecimento no Departamento de Filosofia não faça jus à sua grandiosidade acadêmica – ela atua pelo Departamento de Metodologia do Ensino, mesmo tendo toda sua formação em filosofia.⁵ Já o segundo envolveu a percepção do universo do conhecimento filosófico e do ambiente acadêmico em que ele circulava, onde as mulheres eram ignoradas tanto como sujeitos de pensamento quanto como objeto de reflexão.

A partir disso, começou-se a perceber que nos últimos anos, o debate sobre a reescrita do cânone filosófico tem ganhado espaço no Curso, ainda que de forma incipiente. Esse movimento está diretamente ligado à presença crescente de professoras no corpo docente, muitas delas vinculadas à Rede Brasileira de Mulheres Filósofas, cuja atuação tem sido essencial para impulsionar discussões e promover seminários voltados à reestruturação curricular. Para avançarmos nesse percurso, devemos nos juntar a pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com essa transformação, para isso é crucial aprofundar a problematização da invisibilização das filósofas ao longo da história e reforçar a urgência de sua valorização. Além disso, é indispensável destacar a falta de um dos aspectos centrais da filosofia, a vivência do filosofar como prática crítica e reflexiva.

A invisibilização das mulheres na filosofia (e no seu ensino)

O desenvolvimento acadêmico filosófico vem a muito tempo se construindo com uma porcentagem maior do exercício masculino – sendo não só professores, mas também, a hegemonia de sujeitos considerados filósofos como sendo a expressão de autores masculinos. Isso significa que, quando as mulheres são mencionadas na história da filosofia, frequentemente é em função de sua relação com filósofos homens, como Simone de Beauvoir, lembrada como companheira de Sartre, ou Hannah Arendt, referida como amante de Heidegger (Oliveira, 2014, p. 3) e assim por diante. Isso também acontece no ensino de filosofia, onde o olhar sexista tende a enquadrar as mulheres nesse campo como ‘a professora de didática’, em vez de reconhecê-las como filósofas da educação ou filósofas do ensino.

A ausência das mulheres não era algo identificado, Condorcet (1997, p. 356) explica que o hábito e a repetição sistemática da injustiça se tornaram invisíveis e, mesmo quando os direitos de alguma parte da humanidade são flagrantes, acabam passando despercebidos. Isso destaca o poder do hábito e da normalização na perpetuação da injustiça, mesmo em face de evidências claras de sua ocorrência. Em muitas sociedades, as normas de gênero influenciam quem detém autoridade, privilégio e controle, isso porque ele é um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Butler, 1995, p. 14). Ou seja, o conceito de gênero, as características, papéis e comportamentos atribuídos culturalmente, se tornam um elemento característico na estrutura das relações sociais (Seiffert, 2024, p. 3).

⁵ Vale a pena ressaltar que a docente ter toda sua formação acadêmica em filosofia e atuar em um departamento diferente não significa que é algo ruim ou menor, pelo contrário, é apenas uma contestação de que no Departamento de Filosofia não atuam pessoas que trabalham diretamente com o Ensino de Filosofia como algo primário.

Isso significa que a invisibilização das mulheres na história da filosofia é em diversas esferas sociais, e está diretamente relacionada à naturalização da injustiça. O processo de reprodução e hábito torna a desigualdade imperceptível, mesmo quando há evidências de sua ocorrência. Essa normalização é um dos principais mecanismos de manutenção das posições de gênero, influenciando a distribuição de autoridade e privilégio nas sociedades. Dessa forma, a exclusão das mulheres do campo filosófico não ocorre apenas por omissão, mas como um reflexo de um sistema que historicamente legitima determinadas perspectivas em detrimento de outras, consolidando desigualdades que se perpetuam ao longo do tempo.

Embora a filosofia se apresente como um pensamento sem gênero (gênero enquanto conceito e categoria que nas ciências sociais é usada para a elaboração, estruturação e análise sócio histórica das identidades masculina-homem e feminina-mulher), desde cedo escolheu um gênero, no caso o masculino. O homem colocou-se no centro e colocou a mulher na periferia. Esta atitude contribui para que na filosofia a mulher seja colocada à margem, o que torna claro que “as mulheres não pertencem inicialmente a essa história de acesso ao saber, que lhes fora negado, impedindo, conseqüentemente, a própria possibilidade de humanização” (Menezes, 2002, p. 13 *Apud* Mechico, 2020, p. 3).

Isso é percebido ao analisar a história do Curso de Filosofia – Licenciatura da UFSM⁶, onde, ao longo dos seus 60 anos de existência, consagrou todos os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) voltados à disciplinas de conteúdos clássicos, eurocêntricos e masculinos. Até os anos 2000 o Curso havia passado por três reformulações do PPC, sendo os de 1977, 1979 e 1989, após a entrada do novo milênio a comunidade acadêmica do Curso percebeu a necessidade e urgência de elaborar uma nova Proposta Pedagógica com base nos princípios norteadores do marco jurídico representados, respectivamente, pela Resolução UFSM 017/2000 e a Resolução UFSM 004/2002. Então em 2004 se realizou uma nova reforma curricular, onde o Curso buscou se aproximar da realidade do ensino médio a fim de aprofundar os compromissos de natureza pedagógica e política da formação de professoras/es.

Desde 2004 que o currículo do Curso de Filosofia – Licenciatura da UFSM não é realmente alterado, mantendo sua composição curricular sob a predominância de disciplinas histórico-filosóficas, de acordo com o documento do PPC (2004, p. 46) “A longa estabilidade do projeto original do Curso foi devidamente aproveitada [...] substantivamente inalterada ao longo de tanto tempo, mudanças importantes ocorreram em um nível metodológico profundo”. A cada reformulação, algumas disciplinas foram acrescentadas ou desdobradas em duas, sem que houvesse mudanças significativas na estrutura. E esse cenário se deve à escolha por um currículo de base clássica, evitando o que é considerado “modismo”⁷. Além disso, outro aspecto destacado foi a mudança metodológica, as quais são: o distanciamento da tradicional aula expositiva, passando a priorizar conteúdos baseados em anotações pessoais das/os docentes, reduzindo, assim, o contato direto com os textos originais dos filósofos; o rompimento de um ensino pautado em manuais; a busca por uma maior flexibilização curricular e o

⁶ Se constituiu como um dos primeiros cursos de formação de professoras/es da universidade (UFSM, s/d).

⁷ Refere-se à uma frase do PPC (2004, p. 47) onde está escrito que a filosofia possui uma “grade que não abrigou modismos”.

fortalecimento do compromisso com as disciplinas pedagógicas (Ibidem, 2004, p. 47-48).

Nota-se que a formação de professoras e professores de filosofia tende a negligenciar a importância de problematizar o próprio papel docente. Esse descuido demonstra um desafio significativo: apesar da filosofia se caracterizar justamente por questionar e tensionar normas e estruturas estabelecidas, a formação docente, fortemente enraizada em modelos tradicionais, pode produzir um conflito. Esse conflito se expressa, muitas vezes, na dificuldade de conciliar a promoção do pensamento crítico e reflexivo com as restrições impostas por uma filosofia tradicional.

O ensino de filosofia ocorre em um ambiente escolar concreto e não abstrato, onde as relações de saber e poder estão em constante interação, exigindo uma análise crítica para que tensionamentos e resistências possam emergir. Além disso, a escola desempenha um papel fundamental na construção das identidades de gênero, sendo um espaço onde desigualdades de gênero, raça e etnia são produzidas e reproduzidas, refletindo as discriminações presentes na sociedade. Nesse sentido, é essencial reconhecer a escola como um espaço generificado, no qual essas dinâmicas influenciam a formação dos sujeitos (Sales e Lobato, 2018, *apud* Tomazetti, 2014; Louro, 2007).

Nos anos de 2015 e 2019, diretrizes para cursos de licenciatura no Brasil foram promulgadas, mas o Curso não as seguiu integralmente, mantendo a grade curricular de 2004-2. A primeira delas, instituída no governo Dilma Rousseff em cumprimento à Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, é a Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação (CNE). Ela estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior e para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, visando uma formação que integre a teoria e prática, articulando conhecimentos específicos, pedagógicos e culturais. Além disso, destaca a importância da diversidade na formação docente, buscando preparar professoras e professores para os desafios da educação contemporânea, como a inclusão cultural e a incorporação das tecnologias digitais. O objetivo central dessa diretriz é alinhar os cursos de licenciatura às necessidades reais das escolas e das/os estudantes, promovendo a formação crítica, reflexiva e socialmente engajada.

A segunda resolução, sendo a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BN – Formação). Seu objetivo principal era alinhar os cursos de licenciatura e demais programas de formação docente às demandas contemporâneas da educação básica, buscando garantir uma atuação eficaz e inovadora. É destacado a necessidade de integrar teoria e prática pedagógica, a qual promoveria uma formação docente que contemple o desenvolvimento socioemocional, a valorização da diversidade, a inclusão educacional e o uso das tecnologias digitais como ferramentas essenciais para o ensino.

A primeira, sendo de 2015, foi elaborada em um contexto de ampla participação acadêmica, buscou integrar a prática pedagógica aos saberes fundamentais da docência, ancorando-se em uma visão humanista e crítica da educação. Defendida pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a diretriz valorizava a formação ampla, garantindo autonomia para atuar de maneira consciente e reflexiva diante da diversidade educacional

brasileira. Enquanto a de 2015 é defendida, a de 2019 não, a ANPEd considerou essa reformulação um retrocesso, alertando para os riscos de um modelo que prioriza competências específicas ao invés de uma formação integral das/os docentes, enfraquecendo o papel transformador da educação na sociedade (ANPEd, 2019; ANPEd, 2020). Isso porque, essa resolução trouxe novo direcionamento para a formação docente, fortemente vinculado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa mudança foi criticada por reduzir a autonomia das universidades na definição de seus currículos e por promover uma formação mais técnica e instrumentalizada, em detrimento da perspectiva crítica e emancipatória anteriormente defendida. Em tese, enquanto a resolução de 2015, no contexto do Curso, desempenharia um papel fundamental ao estabelecer diretrizes essenciais para a formação docente, visto que ela busca a promoção da diversidade e da abordagem reflexiva e crítica, já a resolução de 2019 implicaria que o Curso seria conduzido a uma padronização, transformando a filosofia que, de um espaço de pensamento crítico e pluralidade, se tornasse um campo submetido a uma lógica economicista e utilitarista.

Então, se pensarmos nas possibilidades de inserção da temática de gênero no currículo dos Cursos de Filosofia – sejam bacharelado, seja licenciatura – elas são diversas, apresentando vantagens e desvantagens, dependendo da abordagem adotada. Uma das desvantagens apontadas é que, quando a temática é tratada apenas como um ponto específico de algumas disciplinas, acaba sendo superficialmente mencionada, sem um aprofundamento adequado, antes que o foco retorne para conteúdos tradicionalmente estabelecidos. Por outro lado, a principal vantagem dessa inserção é a conscientização de docentes sobre as questões de gênero, incentivando uma reflexão sobre as formas e métodos de abordagem. Isso significa que a filosofia deve estar intrinsecamente ligada à vida concreta, indo além da simples adoção ou rejeição de modismos, e garantindo o diálogo entre a teoria e a prática, principalmente por conta dos desafios enfrentados tanto nas universidades quanto na sociedade.

A história das mulheres do Curso de Filosofia – Licenciatura

Pela maior parte da História, ‘anônimo’, foi uma mulher (Woolf, 2022).

A disparidade de gênero não é nenhuma novidade quando relacionada à filosofia. No entanto, quando são apresentadas por pessoas que vivenciaram diferentes formas de violência, exclusão e preconceito, a situação se torna mais real. Num certo sentido, a questão de gênero, no que diz respeito às mulheres, é atual e atravessa a produção filosófica em uma trama que conecta o passado, presente e o futuro. As mulheres integram a história da filosofia sob o signo da exclusão, uma vez que o reconhecimento social das mulheres como sujeitos pensantes foi – e ainda é – um desafio constante, considerando que toda a narrativa histórica sobre as mulheres foi escrita e feita por homens (Guimarães *et al*, 2022, p. 4-5).

Nota-se que esse processo de exclusão feito ao longo das décadas, recai também no momento em que elas decidem adquirir a formação nesta área. Ao mesmo tempo em que a licenciatura é “majoritariamente feminina na maioria dos cursos, na filosofia é diferente” (Seiffert, 2024, p. 6), isso acontece porque existe um padrão de quem é considerado apto a filosofar, que no caso são eles, os homens.

Pensando nisso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro ex-alunas e uma aluna do Curso. As entrevistas foram conduzidas a partir de sete perguntas norteadoras, elaboradas com o objetivo de direcionar a investigação, que são: (1) apresentação de nome, quando ingressou no Curso, quando se formou e como se identifica (gênero, questão racial e sexualidade); (2) se a entrevistada lembrava quantas alunas e professoras teve no período em que estudava; (3) se estudou mulheres/filósofas / se haviam mulheres nas bibliografias, nos planos de ensino e como referência de obras; (4) se haviam discussões sobre temáticas decoloniais nos seminários, diretório acadêmico ou no dia a dia entre estudantes; (5) se passou por algum preconceito por ser mulher, pela questão racial ou pela sexualidade; (6) qual seria a percepção da entrevistada sobre o apagamento das mulheres em um curso que forma professoras/es e (7) como a entrevistada pensaria formas de incluir filosofia decolonial no currículo do Curso.

Um dos objetivos era tentar identificar como era cada período vivenciado pelas cinco entrevistadas, visto que cada uma vivenciou uma década diferente da outra, começando em 1980 até 2020. Além disso, buscou-se investigar os mecanismos que perpetuam a invisibilização das mulheres no Curso de Filosofia – Licenciatura da UFSM, compreendendo de que maneira essa exclusão se manifesta nos espaços acadêmicos e impacta as experiências das alunas. A partir dos relatos, foi possível identificar não somente os desafios enfrentados pelas mulheres no Curso, mas também refletir sobre as possíveis transformações institucionais que podem ser implementadas para reverter esse cenário. Dessa forma, as entrevistas não apenas evidenciam as barreiras históricas e estruturais que perpetuam essa invisibilização, mas também mostram como as próprias estudantes viam as relações de gênero, raça, classe e sexualidade em diferentes décadas.

A partir dessas entrevistas com quatro ex-alunas e uma (ainda) aluna do Curso de Filosofia – Licenciatura da UFSM⁸, apontou-se diversos pontos relatados, sendo: (1) *desafios de gênero no Curso de Filosofia – Licenciatura da UFSM*; (2) *presença ou ausência de mulheres no currículo*; (3) *violências de gênero e discriminação* e (4) *desafios da inclusão de perspectivas marginalizadas no Ensino de Filosofia no Ensino Superior*.

No ponto (1) *desafios de gênero no Curso de Filosofia – Licenciatura da UFSM*, foi possível reconhecer e analisar narrativas que evidenciam um padrão recorrente de exclusão e sub-representação das mulheres, tanto entre docentes quanto entre discentes. Os relatos contam que diversas alunas ingressavam no Curso, as turmas eram grandes e boa parte eram de mulheres, no entanto, ao longo dos semestres elas iam desistindo por diversas razões. Os principais fatores apontados para a desistência eram ligadas ao mercado de trabalho e a escolha de outros cursos, dado que havia uma preocupação significativa com uma melhor qualidade de trabalho, Mazai e Ribas (2016) explicam que isso pode ocorrer porque, considerando que o ensino de filosofia no ensino médio brasileiro foi, em diversos momentos, excluído do currículo escolar, ou seja, causa inseguranças no campo de atuação.

Outro aspecto é a falta de docentes mulheres no Curso. Nas entrevistas realizadas, percebeu-se como a presença feminina na docência em filosofia foi sistematicamente marginalizada ao longo das décadas. Das cinco mulheres entrevistadas, apenas duas tiveram ao menos uma professora mulher pertencente

⁸ As informações completas podem ser encontradas na dissertação “A (in)visibilização das mulheres no Curso de Filosofia – Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria/RS” da autora deste artigo Ma. Thays de Lima Seiffert.

ao próprio Curso, as demais relataram a presença constante de uma professora que não fazia parte do departamento de filosofia, mas sim, do departamento de educação/metodologia do ensino, a qual lecionava/leciona as disciplinas voltadas à formação de professoras/es. As entrevistadas explicaram que essa mesma professora, mesmo com uma trajetória sólida em filosofia, enfrentava uma exclusão tanto simbólica quanto institucional dentro do próprio campo. A falta de reconhecimento estava ligada não apenas ao gênero, mas também à sua linha de pesquisa, Ensino de Filosofia, a qual é frequentemente considerada como uma área secundária ou inferior em relação à filosofia clássica e tradicional.

No ponto (2) *presença ou ausência de mulheres no currículo*, percebeu-se a predominância de um currículo voltado à autores/filósofos homens, tendo como foco os cânones tradicionais. É interessante perceber que durante os 60 anos de existência do Curso, apenas uma estudante contou ter tido uma disciplina que falava sobre mulheres na filosofia, no entanto, era uma disciplina optativa. Uma outra estudante, essa ainda está cursando o Curso, contou que apenas teve conhecimento do estudo específico de uma filósofa durante uma disciplina sobre filosofia moderna. Mesmo com essas duas estudantes que estiveram na maré contrária, todas elas demonstraram insatisfação e frustração ao perceberem que a filosofia, enquanto campo de estudo “neutro” e “abrangente”, não incentivaram realmente a desconstrução e o questionamento, tendo uma abordagem tecnicista.

As normas de gênero influenciam quem é ou não reconhecido como sujeito legítimo de investigação filosófica e o que é considerado um trabalho propriamente filosófico “sério”. Essas normas não apenas marginalizam certos corpos e identidades, mas também restringem o campo da investigação intelectual a experiências e perspectivas predominantemente masculinas, excluindo vozes que desafiam as convenções de gênero na filosofia (Butler, 2022, p. 43).

O ponto (3) *violências de gênero e discriminação*, é destacado o silenciamento das mulheres, principalmente nas formas de violência de gênero, de raça e sexualidade, onde eram desrespeitadas e subestimadas, mesmo em situações onde exerciam liderança ou demonstraram competência. A universidade, embora teoricamente um espaço de emancipação, na prática, pode perpetuar posturas opressoras, silenciando quem se propõe a questionar as estruturas estabelecidas. Os comentários sexistas e as relações hierárquicas eram práticas diárias das estudantes, tanto por professores quanto alunos. Existem suposições de que as mulheres avançavam na carreira apenas por favores sexuais ou pela aparência, isso reflete na desconfiança na competência feminina, reforçando os estereótipos que deslegitimam suas conquistas.

Joan Scott (1990, p. 21) explica que o gênero não é apenas uma característica individual, mas uma construção social que estrutura as relações de poder, impactando diretamente a presença e a atuação das mulheres em espaços intelectuais. Essas experiências, muitas vezes invisibilizadas e naturalizadas pela cultura, refletem como as normas de gênero reforçam a exclusão das mulheres e dificultam seu reconhecimento.

Durante o período de formação de uma das entrevistadas, ela sofreu uma violência marcada pela intersecção entre racismo e misoginia. Em uma situação onde estavam organizando um evento, um colega de curso, homem branco com mais de 50 anos, fez uma insinuação racista e sexista ao afirmar que, se estivessem na época da escravidão, ele a compraria. Essa fala não apenas reforça a desumanização histórica da população negra, mas também resgata a lógica patriarcal e colonial que reduzia mulheres negras à condição de objetos de

exploração. O episódio evidencia como ambientes acadêmicos, que deveriam ser espaços de pensamento crítico e emancipação, ainda reproduzem estruturas de opressão. Além do impacto emocional e psicológico sobre a estudante, essa violência reforça a exclusão e o silenciamento de corpos historicamente marginalizados dentro da filosofia.

A marginalização histórica das mulheres e pessoas não-brancas no campo do conhecimento, contribuiu para a consolidação de um cânone filosófico predominantemente masculino, branco, heteronormativo e eurocentrico. A branquitude opera por meio de mecanismos sutis e estruturais que mantêm privilégios e reforçam hierarquias, manifestando-se na exclusão de perspectivas dissidentes e na limitação do acesso e reconhecimento de outros saberes. Esse processo não apenas restringe a diversidade epistemológica, mas também perpetua desigualdades históricas na produção e legitimação do conhecimento (Ribas, 2023, p. 208-215).

No último ponto, sendo o (4) *desafios da inclusão de perspectivas marginalizadas no ensino de filosofia no ensino superior*, foi possível perceber que existe uma crítica contundente ao conservadorismo presente na tradição filosófica ao mesmo tempo em que se entende a reivindicação por um currículo mais inclusivo e a necessidade de políticas institucionais acadêmicas que promovam ambientes mais diversos e representativos. As entrevistas apontaram a falta de preparo, tanto no currículo quanto na estrutura institucional para lidar com as questões de gênero, raça e diversidade no campo filosófico. Destaca-se, assim, a inadequação da formação tradicional, a qual perpetua práticas excludentes e a reprodução de conteúdos que invisibilizam as mulheres, as filosofias não ocidentais e os debates sociais contemporâneos.

A ausência de referências e produções intelectuais de mulheres resulta em um apagamento que gera um sentimento de alienação, dificultando o reconhecimento de si nas tradições filosóficas. Sem essa inclusão, o processo de formação identitária e intelectual torna-se fragmentado e limitado, impedindo uma conexão significativa com a história do pensamento. Dito isso, concordando com Graziela R. da Rosa (2012, p. 57): “Como posso me encontrar comigo mesma, se não aprendo e não ensino quase nada sobre o que as minhas semelhantes pensaram, fizeram e escreveram?”.

Todos os 4 pontos demonstram a importância e urgência de pensar os atuais moldes curriculares do Curso de Filosofia – Licenciatura da UFSM. É evidente que quem educa privilegia determinadas temáticas, e gênero e ensino de filosofia raramente estão entre elas. Os clássicos são estudados como se, na narrativa da história da filosofia, as mulheres não fossem parte da humanidade. Dessa forma, a filosofia é ensinada e aprendida de maneira fragmentada e excludente, como se tivesse dissociada das experiências e vivências de grande parte da sociedade. Essa abordagem não apenas empobrece a compreensão filosófica, mas também mantém a marginalização de perspectivas que agregam os estudos, pesquisas e as vidas daquelas/es que estão se tornando futuras/os professoras/es de filosofia.

Considerações finais

A tradição filosófica ocidental consolidou e perpetuou a ideia de naturezas distintas – feminina e masculina –, fundamentadas em estereótipos e padrões construídos com base em juízos de valor. Essas concepções, embora apresentadas

sob a roupagem de explicações “racionais”, na realidade, operam como marcadores sexistas que reforçam hierarquias e exclusões dentro do pensamento filosófico.

Na breve demonstração da análise do terceiro tópico, percebe-se que ao longo das décadas, todas as estudantes entrevistadas vivenciaram práticas de violência, incluindo sexismo, racismo e homofobia, que perpetuaram os discursos de filósofos homens, os quais, ao longo da história da filosofia, buscaram deslegitimar a capacidade intelectual das mulheres. Além disso, a considerável ausência de filosofia não tradicionais nas ementas do Curso reflete em uma visão restritiva da filosofia, resultando em uma formação que não busca abordar de maneira significativa a produção filosófica feita por mulheres, o que impacta diretamente na diversidade de pensamentos e as perspectivas apresentadas às futuras/os professoras e professores.

Dito isso, este artigo não teve a intenção de realizar uma análise aprofundada, mas sim, de apresentar uma parte de uma pesquisa de mestrado em educação, a qual possui uma riqueza de detalhes muito maior. Nosso objetivo foi evidenciar a invisibilização das mulheres no Curso de Filosofia – Licenciatura da UFSM, a partir de tópicos analisados nas entrevistas realizadas com mulheres de diferentes períodos desde a criação do Curso. Ao abordarmos essas questões, buscamos entender como as práticas sexistas, racistas e homofóbicas permeiam a formação acadêmica e profissional das mulheres, afetando sua visibilidade e reconhecimento no campo filosófico. A análise da trajetória dessas mulheres no Curso permite identificar as barreiras que persistem e enfrentam, além de destacar a necessidade de repensar os currículos e as práticas pedagógicas a fim de garantir uma educação e formação inclusiva e plural.

Referências

- ANPEd. *Posição da ANPEd sobre a questão da Formação Inicial e Continuada de Professores e seu marco legal: Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015* [online]. Disponível em: https://legado.anped.org.br/sites/default/arquivos/imagens/cne_06maio_posicionamento_anped.pdf. Acesso em: 10 de jan. 2025.
- ANPEd. *Novas diretrizes para formação de professores: continuidades, atualizações e confrontos* [online]. Disponível em: <https://legado.anped.org.br/news/novas-diretrizes-para-formacao-de-professores-continuidades-atualizacoes-e-confrontos-de>. Acesso em: 10 de jan. 2025.
- BUTLER, Judith. 2022. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 22 ed. Judith Butler: tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GELAMO, RP. 2009. *O ensino da filosofia no limiar da contemporaneidade: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia?* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 178 p.
- GUIMARÃES; U.A.; SILVA, C.A.M.; BONATTO, V.A. 2022. Gênero, Filosofia e Educação: o ensino de filosofia e os desafios frente à questão de exclusão das filósofas brasileiras. *Recima21: Revista Científica Multidisciplinar*, v.3, n.8.
- MAZAI, M.; RIBAS, J. 2016. Discussões sobre a evasão feminina nos cursos de filosofia e as condições de mercado que influenciam as escolhas acadêmicas das mulheres.

MECHIÇO, Rosa A. 2020. Ensino de Filosofia face ao preconceito e exclusão da mulher no corpus filosófico. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 11, n. 3.

RIBAS, Jéssica Erd. 2023. A construção do discurso do ensino de filosofia no Brasil: uma analítica acerca da constituição epistemológica do campo. [Tese (Doutorado)] – Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação, pp. 206-217.

ROSA, Graziela Rinaldi da. 2012. *As relações de gênero na filosofia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

SALES, Jéssica W. S.; LOBATO, Lílian G. R. O ensino de filosofia como instrumento na luta por equidade de gênero. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização Latu Sensu em Ensino de Filosofia no Ensino Médio, Universidade Federal do Amapá, 2018.

SATTLER, Janyne. 2016. *Relatos Circunstanciais do Ser Feminino: fizeram da filosofia um homem* [online]. Ensaio Literários. Disponível em: <https://relatoscircunstanciais.blogspot.com/2016/08/fizeram-da-filosofia-um-homem.html?m=0>. Acesso em: 12 de jan. 2025.

SCOTT, Joan. 1995. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, v. 2, p. 71-99, jul./dez.

SEIFFERT, Thays de L. 2024. Repensando o Cânone: gênero e ensino de filosofia. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 15, n. 1.

PULEO, Alicia H. *Filosofia e Gênero: da memória do passado ao projeto de futuro*. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia de (Org.). Políticas Públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 13-34.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Bighelini. 2014. Ensino de Filosofia: escola como espaço de (des)construção de gênero. *Artigo XANPED Sul*, Florianópolis.

UFSM. 2024. *Curso de Filosofia Licenciatura Plena*. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/filosofia>. Acesso em: 01 de dez. 2024.

Recebido em: 03/2025
Aprovado em: 10/2025